

DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA DIAGNÓSTICA PARA INCLUSÃO ESCOLAR EM SALAS REGULARES

DEVELOPMENT OF A DIAGNOSTIC TOOL FOR SCHOOL INCLUSION IN REGULAR CLASSROOMS

Silvia Cleide Piquiá¹

Lázaro Luis de Lima Sousa²

Resumo: A inclusão escolar é um desafio significativo tanto para professores quanto para alunos, especialmente quando não há um diagnóstico claro das necessidades dos estudantes. A diversidade dos alunos abrange aspectos físicos, psicológicos, culturais, sociais e atitudinais, e a capacidade do professor de acolher e ensinar todos com equidade é crucial. A família desempenha um papel fundamental na inclusão, sendo responsável por fornecer informações importantes sobre o aluno durante a matrícula. Para auxiliar no processo inclusivo, é necessário utilizar um instrumento de avaliação diagnóstica preenchido pelas famílias, que ajuda a identificar as necessidades dos estudantes e a elaborar adequações pedagógicas. O trabalho aborda a importância da colaboração entre família e escola, a relevância do diagnóstico e a necessidade de uma abordagem inclusiva que respeite a diversidade dos alunos. O objetivo é refletir sobre o papel da família na inclusão, melhorar o processo de ensino e aprendizagem e criar um ambiente educacional mais acolhedor.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Avaliação Diagnóstica; Colaboração Família-Escola

Abstract: Inclusive education presents a significant challenge for both teachers and students, particularly when there is no clear diagnosis of students' needs. Student diversity includes physical, psychological, cultural, social, and attitudinal aspects, requiring teachers to accommodate and teach all students equitably. Families play a crucial role in this process, being responsible for providing essential information about the student at the time of enrollment. To facilitate inclusion, a diagnostic assessment tool filled out by families is necessary, aiding in identifying students' needs and developing pedagogical adjustments. This work discusses the importance of family-school collaboration, the relevance of diagnosis, and the need for an inclusive approach that respects student diversity. The aim is to reflect on the family's role in inclusion, improve the teaching and learning process, and create a more welcoming educational environment.

Keywords: School Inclusion; Diagnostic Assessment; Family-School Collaboration

¹ Mestra em Letras, Graduação em Letras-Língua Portuguesa, Graduada em Pedagogia, Secretaria Municipal de Educação de São Luís-MA, Concluinte da Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), pelo NEaD da UFERSA, silviacleidepiquiadosantos@edu.saoluis.ma.gov.br

² Orientador do trabalho, Doutor em Física, professor da UFERSA, campus Mossoró-RN, lazaro@ufersa.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva envolve dois momentos: a sala regular e o atendimento educacional especializado. O ensino na sala regular é bastante desafiador para alunos atípicos e professores, principalmente quando não há um diagnóstico claro sobre as possíveis especificidades dos estudantes. A diversidade dos alunos ocorre nas perspectivas física, psicológica, cultural, social e atitudinal, e o professor precisa estar preparado para acolher, mediar e ensinar a todos com equidade, respeitando as limitações e potencialidades de cada um (Mantoan, 2003).

A família desempenha um papel preponderante nesse processo de inclusão e desenvolvimento do estudante (Mazzotta, 1995). São eles que dão os primeiros passos para conectar os alunos aos espaços educacionais. Trata-se de uma rede de apoio importante e essencial que não deve se manter distante. A escola precisa estar preparada para atender à diversidade do público-alvo, com um corpo docente especializado e um espaço escolar acessível. Para isso, é importante que, no ato da matrícula, exista um instrumento de avaliação diagnóstica sobre o aluno, a ser preenchido pelas famílias e responsáveis, que são os maiores conhecedores dos perfis desses indivíduos. Esse instrumento auxiliará o professor no planejamento das aulas e nas adequações pedagógicas necessárias para o processo de ensino e aprendizagem da criança.

A Política de Educação Inclusiva possui vários dispositivos legais, entre eles as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que estabelecem paradigmas para atender à diversidade educacional (Brasil, 2001). Esse documento orienta os professores a realizarem avaliações dos conhecimentos prévios e a identificarem as necessidades dos estudantes, a fim de construir uma proposta adequada às especificidades da turma.

Diante das dificuldades de inclusão e adequações da prática pedagógica, surgiram questionamentos que motivaram esta pesquisa: quais particularidades esse aluno possui? Como a história de vida desse aluno impacta seu desenvolvimento escolar? Esses questionamentos podem ser respondidos pela família e podem auxiliar na elaboração de adequações pedagógicas pelo professor, bem como na avaliação contínua do progresso do estudante.

Como testemunho pessoal, atuando como professora dos anos iniciais, surgiu a inquietação de identificar e produzir uma proposta adequada para atender a esse público tão diverso. Percebi, então, que quando a família era parceira, acompanhando e fornecendo

informações sobre o aluno, era possível desenvolver adequações na prática para incluir o estudante. Assim, surgiu o interesse em produzir um instrumento de avaliação diagnóstica a ser preenchido pela família, que servirá como parâmetro para as adequações pedagógicas, tanto para crianças com e sem laudos médicos, que é o objetivo deste trabalho.

Com base nisso, esta pesquisa foi realizada com o objetivo geral de refletir sobre o papel da família no processo de inclusão dos alunos com necessidades específicas na sala regular. Esse objetivo se desdobra em enfatizar a importância do diagnóstico e da informação repassada aos professores das escolas públicas, construir uma conexão colaborativa no desenvolvimento de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor, e produzir um questionário diagnóstico mais detalhado para a identificação das especificidades dos estudantes. Este trabalho se justifica pela necessidade de informações sobre as especificidades dos alunos da sala regular, principalmente daqueles que não possuem laudo médico. Este instrumento visa melhorar o processo inclusivo de ensino e aprendizagem dos estudantes, sejam eles com e sem deficiência, transtorno, síndrome, doença ou uma combinação dessas condições.

2. DISPOSITIVOS LEGAIS E POLÍTICA DE INCLUSÃO

A inclusão de pessoas com deficiência é um direito garantido por dispositivos legais nacionais e internacionais. A inclusão passa pela eliminação de barreiras e por ações de acessibilidade que promovem a autonomia e a independência das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Há vários documentos legais que definem conceitos e diretrizes para acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência. No contexto educacional, destacam-se a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), ambos marcos históricos de políticas na perspectiva de uma educação inclusiva. Esses documentos apresentam paradigmas da Educação Inclusiva que impulsionaram a construção de normativas legais, abrangendo conceitos e diretrizes para a promoção de um sistema de ensino regular baseado na solidariedade e interação entre um público-alvo diverso, com e sem singularidades e especificidades. O ensino inclusivo deve respeitar a história, o desenvolvimento e os conhecimentos prévios dos alunos, oferecendo, quando necessário, o atendimento educacional especializado.

A legislação mostra que a educação inclusiva visa alcançar o máximo desenvolvimento físico, sensorial, intelectual e social dos talentos e habilidades dos estudantes, de acordo com

suas necessidades de aprendizagem. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afirmam que a família deve ser parceira da escola, compartilhando cuidados e educação sobre crenças e culturas. A família tem um papel fundamental no processo de inclusão, no acesso, permanência e conclusão das etapas educacionais.

A educação inclusiva perpassa pela convivência familiar e deve ser articulada entre família e escola para integração nas normas sociais e colaboração com a prática pedagógica do professor. De acordo com a LDB, um dos objetivos da formação básica da educação do cidadão é “o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social” (BRASIL, 1996).

Para atender a essa diretriz da educação, é necessário promover a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas para garantir o acesso à informação, à comunicação, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer de forma inclusiva e com acessibilidade, de acordo com a necessidade específica do estudante (BRASIL, 2000).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) é uma legislação que dispõe sobre aspectos conceituais e regulamentares acerca de como deve ser realizada a inclusão em vários espaços sociais, tanto nos aspectos de eliminação das barreiras quanto nos instrumentos de acessibilidade, como a tecnologia assistiva.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

A LBI foi criada com a intenção de promover condições de participação e interação igualitárias entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas. O Capítulo IV, dos artigos 27 a 30, trata sobre o direito à educação em todos os níveis, ao longo de toda a vida. De acordo com o art. 27, parágrafo único, "é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação" (BRASIL, 2015). No art. 28, inciso VII, estabelece-se que "o poder público deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar [...] a participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar."

Os documentos legais mostram que a escola e a família precisam ser parceiras para assegurar a permanência dos estudantes e sua participação nas atividades escolares, acompanhando o desenvolvimento cognitivo e social ao longo do ano letivo.

3. REDE COLABORATIVA PARA INCLUSÃO DAS ESPECIFICIDADES DOS ALUNOS

A presença e o envolvimento dos pais na vida escolar do aluno têm um impacto significativo em seu desempenho acadêmico e desenvolvimento social, sendo essenciais para garantir o progresso e o sucesso no processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos na sala de aula regular. Para isso, é necessário ressignificar os procedimentos pedagógicos de acordo com a singularidade de cada estudante, adequando os instrumentos de avaliação ao modelo do desenho universal, que atenda às necessidades específicas de todos os estudantes (MEC, 2006).

Em um contexto de inclusão, a colaboração entre pais e escola desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem do estudante, com e sem deficiência, visando melhorar a experiência educacional no ambiente interno e externo da escola, proporcionando vivências mais significativas.

[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (Mantoan, 2003, p. 16).

A colaboração entre professores e pais produz inúmeros benefícios na vida escolar dos estudantes, incluindo a melhora no rendimento acadêmico. A participação ativa da família na escolaridade dos filhos desenvolve atitudes positivas em relação à escola, ao aprendizado, e ao relacionamento entre pais ou responsáveis e filhos.

A inclusão escolar é um desafio constante para professores, estudantes e famílias, especialmente para aqueles estudantes que têm necessidades educacionais e não possuem um diagnóstico médico. Esse desafio se torna ainda maior quando a família não percebe as limitações da criança ou, ao perceber, não realiza os acompanhamentos necessários. O diagnóstico, por si só, não é suficiente para garantir uma inclusão eficiente, mas a falta dele pode dificultar ainda mais o desenvolvimento da criança.

As informações sobre as especificidades do estudante são importantes para a produção de adaptações pedagógicas adequadas para atender suas necessidades e também para analisar a evolução de seu aprendizado. É comum que as particularidades sejam percebidas por quem passa mais tempo com o aluno e que essas observações vão além do diagnóstico médico. De acordo com Rosa (2023, p. 45),

[...] os professores buscam compreender não apenas as necessidades percebidas, mas também os interesses, habilidades e potenciais únicos que cada aluno traz consigo. O diálogo com os pais é construtivo, explorando maneiras de fortalecer a

colaboração entre a escola e a família para melhor atender as necessidades do estudante.

As informações fornecidas pela família podem proporcionar um ambiente educacional mais acolhedor e propício para os estudantes, além de ajudar a compreender a real condição do aluno, facilitando a realização de adaptações pedagógicas pelo professor. “A sala de aula não é apenas um espaço de instrução; é um ambiente inclusivo que reconhece e respeita a diversidade como um ativo fundamental” (ROSA, 2023, p. 46).

A falta de uma rede de colaboração entre família e escola reflete no desempenho do estudante, pois dificulta as adequações pedagógicas e o planejamento das aulas, atividades e avaliações de acordo com as necessidades específicas. Portanto, é fundamental que haja uma parceria estreita entre família e escola para promover o melhor desenvolvimento do aluno, tanto nos aspectos cognitivos quanto comportamentais.

Vale destacar que o diagnóstico precoce e o diálogo com a família sobre as especificidades dos alunos são importantes para melhorar o desenvolvimento e a aprendizagem do estudante no ambiente escolar. A compreensão global dos aspectos cognitivos, biológicos, comportamentais e sociais do estudante possibilita a realização de atividades planejadas para atender às necessidades cognitivas, físicas e emocionais do aluno, criando um espaço educacional mais preparado para o acolhimento e desenvolvimento das atividades (ROSA, 2023).

A comunicação com os pais é centrada na compreensão global do estudante, abrangendo aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Os educadores buscam informações dos pais sobre o bem-estar geral do estudante, colaborando para criar um ambiente de aprendizagem que atenda de maneira integral às necessidades do estudante (ROSA, 2023, p. 46).

O momento do diagnóstico de uma criança com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, entre outros, envolve a aceitação por parte da família. A falta dessa aceitação pode dificultar significativamente o progresso do estudante, assim como o processo de inclusão e tratamento do indivíduo. A cooperação entre família e escola permite o diálogo e a busca por caminhos que facilitem o sucesso do estudante.

A colaboração entre família e escola passa pela implementação de apoio educacional especializado para garantir o progresso e o sucesso no processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos na sala de aula regular. Para isso, é necessário ressignificar os procedimentos pedagógicos de acordo com a singularidade de cada estudante, adequando os instrumentos de avaliação ao modelo do desenho universal, de forma a atender às necessidades específicas de todos os estudantes.

4. METODOLOGIA

Este trabalho está embasado na pesquisa-ação com o intuito de aprimorar a prática pedagógica do professor para ensinar de forma inclusiva a todos os estudantes. A pesquisa visa investigar o processo de construção da prática pedagógica inclusiva em uma relação colaborativa entre família e escola dos estudantes, com e sem necessidades educacionais, que estudam na sala de aula regular.

A fundamentação teórica foi realizada por meio da pesquisa exploratória bibliográfica de livros impressos e virtuais, artigos, dissertações e teses em plataformas digitais de diversas universidades do país. Foi importante imergir em informações relevantes aos aspectos educacionais e descritivos no âmbito da educação inclusiva, e, com isso, a elaboração do instrumento de avaliação diagnóstica proposto pela pesquisadora surgiu a partir de sua experiência como professora da educação básica. As informações solicitadas estão divididas em categorias que buscam auxiliar na identificação das necessidades dos alunos, como, por exemplo, as informações médicas e comportamentais.

O resultado desta pesquisa foi um questionário diagnóstico, apresentado no Anexo deste trabalho. Ele é composto de duas páginas com perguntas e respostas que devem ser preenchidas pelos responsáveis, em colaboração com a escola, que pode fornecer mais explicações sobre as perguntas. Esse questionário deve ser guardado pela escola e atualizado anualmente, com acesso livre para professores e para a gestão escolar. O questionário deve ser revisado a cada período, para avaliar o estudante e suas necessidades.

5. ANÁLISES IMPORTANTES

Para que o aluno possa estudar, é necessário que seja matriculado; quando ele é menor de idade, essa matrícula é feita por um membro responsável da família. Nesse momento, a família precisa informar à escola se a criança, adolescente ou jovem possui alguma necessidade específica e entregar um laudo médico caso já tenha um diagnóstico fechado. Quando há colaboração e envolvimento da família com a escola, todos são beneficiados; geralmente, o desempenho escolar melhora e os conflitos entre pais e filhos diminuem, pois o aprendizado é coordenado e estimulado entre família e escola, buscando conectar o aprendizado às experiências vividas em casa e na escola.

Diante das experiências com a diversidade de alunos e a falta de informação por parte do professor, foi construído um instrumento de avaliação diagnóstica das especificidades dos estudantes em colaboração com a família. O modelo foi criado pela autora.

Esse instrumento é importante para conhecer melhor o estudante fora da sala de aula e compreender sua história de vida, seu desenvolvimento cognitivo e linguístico a partir de uma perspectiva biopsicossocial, através do olhar da família.

A proposta pode ser adaptada de acordo com o professor, os alunos ou a instituição, incluindo ou excluindo questionamentos. A construção do instrumento passa por quatro etapas importantes para conhecer os alunos em relação aos aspectos clínicos, comportamentais e sociais que envolvem o processo de ensino e aprendizagem. A partir das informações coletadas junto à família, o professor pode construir um Plano de Ensino Individualizado (PEI) para cada aluno, ou analisar o perfil dos estudantes para elaborar recursos pedagógicos com desenho universal.

A comunicação com os pais, nesse contexto, é mais centrada na colaboração e no reconhecimento das especificidades do estudante. A ênfase recai na promoção de uma educação que busca igualdade de oportunidades, valorizando a diversidade e reconhecendo que as barreiras para a participação plena residem no ambiente, não nas características individuais.

De acordo com a LBI, art. 3º, inciso II, o desenho universal envolve a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva”. Nessa perspectiva, o professor não precisa elaborar uma atividade diferente para cada aluno, de acordo com suas necessidades. Ele deve criar uma única atividade ou avaliação que contemple todas as necessidades. Assim, o aluno se sente mais incluído, pois não terá uma atividade diferenciada em relação aos demais.

A sala de aula é projetada para ser acessível a todos, promovendo uma inclusão que vai além da mera presença física. As avaliações consideram não apenas as dificuldades, mas as potencialidades do estudante, buscando uma compreensão geral de seu desempenho. (ROSA, 2023, p. 50)

Vale destacar que a avaliação é um processo contínuo e permanente de verificação da aprendizagem, das limitações e das potencialidades. A avaliação também é um instrumento para analisar as variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem. A família é um elemento fundamental para fornecer informações sobre a história do estudante e para auxiliar no processo educacional, tanto dentro quanto fora da escola.

A comunicação com os pais, sob a influência deste modelo, busca uma compreensão completa das necessidades específicas do estudante, promovendo uma parceria

colaborativa entre a escola e a família. A ênfase recai na promoção de uma educação que reconhece e atende às complexas interações entre os aspectos biológicos, psicológicos e sociais da deficiência. (ROSA, 2023, p. 51)

Para isso, é necessário seguir o modelo biopsicossocial, que envolve as políticas públicas de proteção socio-assistencialista e transferência de renda, criadas em 2009. Essa política “visa garantir uma compreensão integral das condições individuais, levando em conta não apenas as limitações físicas, mas também os impactos psicossociais e as demandas de inclusão na sociedade” (ROSA, 2023, p. 51). Quando a família estabelece uma parceria colaborativa, participando de reuniões escolares, eventos educacionais e atividades extracurriculares, cria-se uma rede de apoio abrangente que fortalece os laços entre a escola e o lar, além de apoiar o processo de inclusão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar é um desafio tanto para o professor quanto para o aluno, pois muitas vezes o estudante não possui um diagnóstico fechado ou um laudo sobre suas especificidades. A falta dessa informação pode dificultar as adaptações pedagógicas a serem realizadas pelo professor. A ausência de informações sobre as especificidades dos estudantes por parte da família pode causar dificuldades de aprendizagem e adaptação escolar. Enquanto os familiares e os institutos educacionais desejam que as crianças e jovens se sintam pertencentes e incluídos nos espaços educacionais, eles não podem ser tratados como pessoas comuns.

A proposta é que o instrumento seja aplicado pelo menos uma vez por ano, no início do ano letivo. O instrumento é um modelo com perguntas que podem ser adaptadas de acordo com as necessidades de cada escola. Existem duas sugestões: a primeira é que seja aplicado no período de matrícula e guardado no dossiê do estudante, com uma cópia sendo entregue à professora regente do aluno naquele momento. A segunda é que seja aplicado pelo próprio professor regente após o início das aulas, durante a reunião de pais ou responsáveis.

É fundamental que o professor faça uma análise comparativa das informações fornecidas pelos pais e das suas percepções em sala de aula para realizar as adequações pedagógicas necessárias nas aulas, atividades e avaliações. O instrumento de avaliação diagnóstica é relevante para a construção de relatórios e para a análise comparativa da evolução do estudante ao longo do ano letivo e da sua trajetória educacional. Isso permite conhecer melhor o estudante e observar todo o progresso, não apenas na perspectiva do

desempenho quantitativo das notas, mas também qualitativamente, em relação aos comportamentos e atitudes.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 13.146, 6 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 6 de agosto de 2024

BRASIL. Lei 8.069, 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 6 de agosto de 2024

BRASIL. Lei 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 6 de agosto de 2024.

BRASIL. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Secretaria de Educação Especial, 2001.

Mantoan, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MARANHÃO. Lei 8.564, 11 de janeiro de 2007. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ma/lei-ordinaria-n-8564-2007-maranhao-estabelece-normas-de-uso-e-difusao-de-libras-para-o-acesso-das-pessoas-surdas-ou-com-deficiencia-auditiva-a-educacao-no-sistema-estadual-de-ensino-no-maranhao> Acesso em: 6 de agosto de 2024

MAZZOTTA, Marcos JS et al. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 1995.

MEC. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. 2. Ed. SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>

ROSA, Kaciana. Caminhos para a inclusão. São Luís-MA: Ed. da Autora, 2023.

SILVA, Lia Spadini; SZYMANSKI, Luciana. Crianças e seus diagnósticos no cenário da educação inclusiva: a perspectiva de mães e professoras. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/zV3mptHbZjLyVFhg3q9XxzS/?format=pdf&lang=pt>

ANEXO

Questionário produzido para compor o TCC de Silvia Piquiá, na especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), pelo NEaD da UFERSA, sob a orientação do prof. Lázaro Lima. Todos os direitos são reservados aos seus autores.

Nº do identificador:

--	--	--	--

QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO DE ESPECIFICIDADES DO ESTUDANTE	
1. Informações da escola	
1.1 Nome da escola:	
1.2 Endereço da escola:	
1.3 Fone (DDD):	1.4 e-mail:
2. Informações do aluno	
2.1 Nome do aluno:	
2.2 Endereço:	
2.3 Bairro:	2.4 Cidade/Estado:
2.5 Data de nascimento: / /	2.6 Série atual:
2.7 Tem irmãos? ☐ não ☐ sim, quantos? 2.8 Irmãos estudam na escola? ☐ sim ☐ não	
2.9 Nome dos irmãos:	
2.10 Nome do responsável 1:	
2.11 Grau de parentesco: ☐ pai ☐ mãe ☐ avô/avó ☐ tio/tia ☐ outro:	
2.12 Fone (DDD):	2.13 e-mail:
2.14 Nome do responsável 2:	
2.15 Grau de parentesco: ☐ pai ☐ mãe ☐ avô/avó ☐ tio/tia ☐ outro:	
2.16 Fone (DDD):	2.17 e-mail:
3. Informações da última escola em que o aluno foi matriculado	
3.1 Nome da escola:	
3.2 Endereço da escola:	
3.3 Fone (DDD):	3.4 e-mail:
4. Informações médicas do aluno	
4.1 Aluno tem algum distúrbio alimentar? ☐ sim ☐ não 4.2 Faz tratamento para isso? ☐ sim ☐ não	
4.3 Aluno foi diagnosticado com alguma condição de saúde que devemos considerar? ☐ sim ☐ não	
4.4 Informe o(s) diagnóstico(s), segundo o(s) laudo(s) médico(s):	

4.5 Aluno faz algum tratamento? ☐ não ☐ sim, qual(is)?	
4.6 Qual(is) o(s) acompanhamento(s) médico(s) que o aluno faz fora da escola: ☐ psicológico ☐ neurológico ☐ terapia ocupacional ☐ psiquiátrico ☐ psicopedagógico ☐ fisioterápico ☐ fonoaudiológico ☐ Outro(s):	
4.7 Aluno apresenta dificuldade visual? ☐ sim ☐ não	4.8 Necessita uso de óculos? ☐ sim ☐ não
4.8 Aluno apresenta alguma deficiência? ☐ não ☐ sim, qual(is)? ☐ autismo ☐ deficiência auditiva ☐ deficiência visual ☐ deficiência física ☐ Síndrome de Down ☐ baixa visão ☐ deficiência intelectual ☐ Outra:	
4.9 Especifique os tipos de atendimentos diversos adicionais já recebidos pelo aluno (exemplo: equoterapia, natação, atividades motoras, atendimento psicopedagógico etc.):	
5. Informações comportamentais em espaços comuns (casa, igreja, restaurantes etc.)	
5.1 Aluno é visto como (marque as percepções quanto ao comportamento do aluno): ☐ desatento ☐ agitado ☐ tímido ☐ calmo ☐ Outro:	
5.2 Aluno apresenta algum medo/fobia?	☐ não ☐ sim, qual(is)?
5.3 Sobre a fala, o aluno é visto como (marque as percepções quanto ao comportamento do aluno): ☐ falante ☐ fala pouco ☐ fala alto ☐ fala baixo ☐ prefere não falar	
5.4 Que situações terceiros devem evitar para não causar estresse ao aluno?	
6. Informações educacionais	
6.1 Aluno faz reforço escolar? ☐ sim ☐ não	6.2 Aluno sabe ler? ☐ sim ☐ não
6.3 Aluno sabe escrever? ☐ sim ☐ não	6.4 Tipo de letra escrita: ☐ letra cursiva ☐ letra bastão
6.5 Aluno pratica esporte? ☐ não ☐ sim, qual(is)?	
6.6 Aluno apresenta alguma dificuldade de aprendizagem? ☐ não ☐ sim, qual(is)?	
6.7 Aluno é acompanhado nas atividades educacionais em casa? ☐ não ☐ sim, por quem?	
6.8 Que atividades educativas, o aluno gosta de executar? ☐ desenho ☐ pintura ☐ jogos ☐ brincadeiras ☐ outro(s):	
6.9 Como o aluno vai a escola? ☐ caminhando ☐ carro próprio ☐ transporte escolar ☐ moto ☐ bicicleta ☐ ônibus	

6.10 Dê algumas informações a respeito da vida escolar do aluno que ache importante relatar:

Cidade-Estado, data

Assinatura do responsável